



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

DISCURSO TERRITORIAL MARÍTIMO NO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO ARGENTINO, BRASILEIRO E CHILENO: a construção de uma pesquisa

Cristina de Moraes¹
cris2.moraes@gmail.com

(X) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: GT – 3 Fronteiras e Limites em Múltiplas Escalas

RESUMO

O presente trabalho é uma apresentação de um projeto de pesquisa abrangente que estuda a produção de discursos territoriais marítimos no pensamento geopolítico argentino, brasileiro e chileno como parte do processo de territorialização dos mares e espaços polares (Antártida) durante o período de 2000 a 2025. Por ser um projeto recém aprovado, optamos por apresentar o tema, os procedimentos metodológicos adotados para construir o projeto e por fim, caracterizamos o objeto de estudo mediante exposição de dados que permitem apontar a importância de determinados recursos naturais para as relações de poder e disputas territoriais. Propõe-se que esse processo de territorialização dos mares deve ser compreendido no contexto de retração das condições de acumulação do capital que caracteriza esse primeiro quartil do século XXI, que impele na identificação e disputas de áreas que podem ser apropriadas como fundos territoriais.

Palavras – chave: Território; Mar; Espaços polares; Discurso geográfico; Fundos territoriais.

INTRODUÇÃO

Os contextos de disputas, ordenamento e/ou formação territorial correspondem a períodos bastante profícuos na produção de discursos territoriais que, via de regra, acabam mobilizando elementos geográficos para corroborar uma determinada leitura espacial. Embora os Estados nacionais possuem uma relativa estabilidade nas suas delimitações territoriais, o processo de apropriação pode ser constantemente revivificado, refazendo leituras geográficas sobre áreas já incorporadas ou ainda reinterpretação das suas limitações territoriais, de modo, que novas áreas possam ser incorporadas ao seu domínio. Essa prática de releitura pode ser efetuada em qualquer contexto, mas em especial, naqueles em que há crises de acumulação de capital e também disputas geopolíticas. Arrighi (1996) e Harvey (2002) afirmam que nos contextos de transição de ciclos sistêmicos de acumulação, como o contemporâneo, ocorre uma intensificação nas relações de poder, o que implica diretamente em aumento nas disputas territoriais.

Para este último caso, é emblemático a projeção de poder que tem sido realizada sobre os espaços marítimos e regiões polares (doravante, EMRP) desde o final do século XX (Costa, 2014). Como exemplo podemos mencionar o processo de ampliação das plataformas continentais supervisionado e regulamentado pela

¹ Geógrafa, Doutora em Geografia, Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNDUM) (Lampreia, 2016) e a gradativa projeção atlântica brasileira (Costa, 2017). Como um exemplo muito recente podemos recorrer aos discursos do Estado norteamericano desde 2024 sobre o interesse em ampliar os domínios territoriais estadunidenses sobre a Groenlândia significando-a como um espaço estratégico para a segurança nacional e até segurança internacional.

Levando em consideração esse contexto histórico-geográfico foi constituído o projeto de pesquisa intitulado *Discurso Territorial Marítimo no Pensamento Geopolítico argentino, brasileiro e chileno: a busca pela ampliação dos fundos territoriais*. Trata-se de um projeto de pesquisa abrangente que envolve quatro pesquisas agregadas, recém aprovado junto a agência de fomento e estas condições também impactam o que é apresentado neste trabalho. Assim, objetivamos aqui realizar uma sucinta síntese desta proposta. Para tanto, além dessa Introdução, esse texto está estruturado em mais três seções. Na Metodologia descrevemos os procedimentos metodológicos vinculados a construção da proposta de pesquisa. Na seção Análise de Resultados, em virtude de seu caráter recente, caracterizamos o objeto de estudo desse projeto com articulação aos principais autores e temas que possibilitam o entendimento do objeto em questão. Por fim, ao apresentarmos uma síntese finalizamos com as Considerações Finais.

Como palavras finais desta Introdução, destacamos que o objetivo norteador do projeto é estudar os discursos territoriais, em especial, os marítimos como parte do processo contemporâneo de formação territorial dos Estados argentino, brasileiro e chileno no período de 2000 a 2025.

METODOLOGIA

Durante o processo de construção desse objeto de estudo foi procedida uma pesquisa em sítios eletrônicos dos Estados (como Marinha, Ministério da Defesa, etc.) para identificação da existência de políticas públicas marinhas, de diferentes âmbitos, desde investimentos de infraestrutura, científica, de defesa ou mesmo cartográficas.

Com um total de 14 materiais identificados, entre documentos de defesa, leis, decretos, notícias oficiais, procedeu-se dois níveis de apreciação. A primeira tratou-se de uma leitura mais atenciosa e completa das notícias oficiais relacionadas as ações dos Estados, tais como: anúncio de um dado investimento, a resignificação do mar (Amazônia Azul e Pampa Azul, para Brasil e Argentina respectivamente), comemoração pelo dia nacional do mar, etc. Um segundo nível de apreciação refere-se a uma leitura breve dos documentos mais robustos, em especial das seções que contemplam os objetivos e as premissas. Também se procedeu uma identificação e estudo preliminar para levantar a existência de produção cartográfica de caráter oficial que atribuem destaque para a territorialização do mar.

Posteriormente, procedeu-se a construção do objeto de pesquisa mediante articulação teórica que contemple os conceitos de formação territorial (Moraes, 2002; Raffestin, 1993; Santos, 2003), fundo territorial (Moraes, 2002), discurso geográfico

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

@vcongeo2026

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

(Escolar, 1996), discurso territorial (Agnew; Cordridge, 1995) e o uso de imagens geográficas como materiais pertinentes para estudos territoriais (Lois, 2015, Harley, 2005).

ANÁLISE DE RESULTADOS

No hemisfério austral o Atlântico Sul e o continente da Antártida são espaços cada vez mais cobiçados, visto a constante confirmação (e/ou especulação) sobre a reserva de recursos naturais e minerais nestes ambientes (Costa, 2022). Além da biodiversidade aproveitada para a atividade pesqueira, o potencial energético, dada as reservas de hidrocarbonetos confirmadas nestas formações geológicas (Oliveira *et al*, 2016; Costa, 2022) tem transformado o domínio destes recursos em questões de segurança nacional, pois a tendência é uma maior pressão das potências econômicas em exercer influência nestes Estados como parte da dinâmica do poder internacional. Tal condição coloca como uma tendência o entendimento do Atlântico Sul como uma região importante para a expansão da extração petrolífera global, especialmente *offshore*, com grandes implicações para as disputas geopolíticas.

Ao observarmos o material analisado há elementos que indicam um processo de incorporação de temas como espaços marítimos, riquezas marinhas e assuntos correlatos são abordados nos documentos oficiais dos três países. Para o caso brasileiro, a área significada como Amazônia Azul corresponde a 3,5 milhões de quilômetros quadrados (km²) de espaço marítimo, margeados pelo extenso litoral brasileiro (7,4 mil quilômetros). É nesta área que está situado o pré-sal, do qual é retirado 85% do petróleo, 75% do gás natural, 45% do pescado produzido no país e concentra 95% das rotas marítimas do comércio internacional brasileiro (Marinha do Brasil, 2019). No âmbito discursivo a imagem territorial do Brasil é associada à sua grandeza – o que não é descabido, dada as suas extensões continentais. Todavia, a ênfase do discurso territorial sempre foi mais associada a conquista terrestre, devido a inconclusa coesão interna e os vastos fundos territoriais existentes inclusive até a contemporaneidade (Moraes, 2002). No atual cenário é possível identificarmos ações que visam elevar a presença e soberania sobre o mar territorial brasileiro, como a promulgação da Política Marítima Nacional (Decreto nº 1.265, de 11 de Outubro de 1994), significação das águas jurisdicionais brasileiras como Amazônia Azul, o Planejamento Espacial Marinho (PEM), assim como o conceito de Entorno Estratégico brasileiro.

No caso argentino é possível localizarmos algumas semelhanças e divergências com o discurso territorial brasileiro. Também formado por significativas extensões de terras, das quais, a maioria está em contato com o Atlântico Sul ou afluentes do Estuário do Prata, o mar desempenha um papel importante na sua economia (Argentina, 2015) e também na sua memória política (Argentina, 2013). A partir dos anos de 1990, é possível identificarmos uma elevação na produção cartográfica e normativas (Lois, 2012) que indicam um esforço no sentido de assegurar áreas compreendidas como de seu domínio. Como exemplos, podem ser

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

mencionadas: o Mapa Bicontinental da Argentina e seu uso obrigatório através da Lei nº 26.651 de 2020 (Argentina, 2010); o lançamento do Programa Pampa Azul em 2015; por fim, em 2020 a publicação do *Mapa de Los Espacios Marítimos* (Costa, Moraes, 2023).

Por fim, o Chile possui também um vasto litoral, porém, extensões territoriais menores e de caráter filiforme. De forma semelhante à Argentina, possui domínios insulares e também reivindica terras no continente de gelo, que aliás, se sobrepõe com a requisição da Argentina e do Reino Unido. Assim, além de protagonizar um litígio com os argentinos pelo domínio da Cordilheira dos Andes no século XIX, também compartilha dos argumentos sustentados para suas reivindicações sobre a Península Antártida: direitos herdados do Tratado de Tordesilhas e que a Península Antártida é uma continuidade da Cordilheira dos Andes. Ao analisar as imagens que têm sido publicadas por órgãos oficiais chileno, é possível observarmos que também tem lançado mão de elementos visuais que orientam uma leitura de unidade espacial divergindo das representações cartográficas de meados do século XX.

Essa elevação das tensões e ações geopolíticas sobre EMRP não ocorre desconexa com o contexto mundial econômico e de sua dimensão estrutural. O modo de produção capitalista, particularizado em cada formação socioespacial possui na sua matriz uma racionalidade e dinâmica que concebe os elementos naturais como recursos para viabilizar a acumulação de capital. Esse matiz mercantil tem predominado nas práticas dos agentes hegemônicos (indiferente do país), mesmo quando sustentam uma retórica de preocupação ambiental. Tal quadro nos possibilita apontar para um cenário em que podem serem criadas as condições institucionais e normativas que viabilizam a gradativa exploração econômica dos EMRP.

Ainda é possível indicarmos duas condições conjunturais que auxiliam no entendimento deste quadro. O primeiro é o esgotamento de recursos naturais em espaços de domínio e usufruto de grandes potências, como a redução de pescado no Mar do Norte e no Mar do Sul da China. Como resposta a essa redução de recursos marinhos a pesca ilegal nas águas jurisdicionais de países periféricos (como Argentina, Chile e Brasil) tem-se tornado mais recorrente. Esse evento também impulsionou os pedidos de ampliação das plataformas continentais regulamentadas pela Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (Oliveira, *et al*, 2016; Lampreia, 2016).

Como uma segunda condição conjuntural é o quadro de crise de acumulação de capital que caracteriza esse primeiro quartel do século XXI. Autores como Harvey (2002) apontam que uma das alternativas para resolução destas crises inerentes do capitalismo é a exportação de capitais através de investimentos financeiros que através de ajustes espaço-temporais recria as condições de reprodução ampliada. A projeção mundial que a China tem efetuado nas últimas décadas através de diversos investimentos pertinentes à dinâmica interna de sua economia e em especial através da Nova Rota da Seda tem resultado na inserção de objetos geográficos cujas função é embutir modernização territorial suficiente para convergir recursos naturais e minerais em direção à economia chinesa. Essa atuação da China tem colocado em

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.unir.br/vcongéo2026)

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

pauta tanto a soberania dos países que assinam essas parcerias e acordos, como também dos EUA à recursos estratégicos situados na América Latina, conforme consta em sua Doutrina de Segurança Nacional de 2025.

A partir da emergência de uma abordagem crítica no final dos anos de 1990, a ciência geográfica foi contemplada com novas e arejadas abordagens acerca das relações de poder e espaço (Costa, 2016), assim como, do conceito de território, desvencilhando-se de abordagens de base naturalista e/ou positivista. Dentre as abordagens podem ser mencionadas as contribuições de Moraes (2002), Santos (2003) Costa (2016) e Raffestin (1993). Neste contexto emerge uma abordagem processual, que reconhece a dimensão social e histórica inscrita na conformação dos territórios (Moraes, 2002; Santos, 2003). Neste sentido, a formação territorial é constituída por práticas de apropriação que envolvem a valorização material e imaterial (Moraes, 2002) que podem dar-se de maneira constante, conforme as demandas de modernizações territoriais pelos agentes hegemônicos (Santos, 2003). De forma conjunta a materialidade (infraestrutura de modernização territorial, colonização, etc.) e imaterialidade (discursos geográficos, apropriações toponímicas, etc.) são mobilizadas como meios importantes para a formação do território (Moraes, 2002; Raffestin, 1993).

No âmbito da imaterialidade o discurso territorial assume um papel importante (Moraes, 2002; Lois, 2015), pois sua construção requer um conjunto variado de elementos e tem como finalidade construir uma unidade espacial, assim como legitimá-la. Ademais também visa mobilizar ações sociais e uma dada relação humana com aquele espaço conforme as intencionalidades daqueles que proferem o discurso. Neste sentido, caberia indagar como os Estados nacionais tem reconstruído seus discursos e imagens territoriais frente a incorporação dos mares, os quais nem sempre foram objetos privilegiados ou integrados nas representações dos Estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função da retração das condições de acumulação do capital e de sua intrínseca busca por expansão geográfica, é possível considerar que os mares e regiões polares correspondem a áreas que podem assumir um papel chave no tabuleiro da geopolítica do século XXI. Esse cenário impele que os Estados nacionais têm adotado um conjunto de ações materiais e imateriais que podem indicar um esforço em ampliar os seus domínios territoriais, mediante a incorporação de áreas que podem desempenhar a função de fundos territoriais. Isso é identificado através da elaboração e divulgação de novas mapas nacionais, ressignificação dos mares, bem como, criação de políticas marítimas. Apesar dessa prática ser historicamente presente no processo de formação e ordenamento territorial, é preciso pontuar que se tem como elemento novo o esforço que agregar em uma mesma imagem territorial-nacional os domínios terrestres, marítimos e polar (este último para Argentina e Chile).

AGRADECIMENTOS

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

O presente trabalho é parte do projeto *Discurso Territorial Marítimo no Pensamento Geopolítico argentino, brasileiro e chileno: a busca pela ampliação dos fundos territoriais* financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNEW, John; Corbridge, Stuart. **Mastering space. Hegemony, territory and international political economy**. London, 1995.

ARGENTINA. Malvinas para todos: memoria, democracia e soberanía. Buenos Aires, Ministerio da Educacion, 2013.

ARGENTINA, 2013 – 2015. Horizontes estratégicos para el mar argentino. Disponível em: <https://www.pampazul.gob.ar/iniciativa/fundamentos/>

COSTA, Gabriel Iagher. A disputa territorial no Atlântico Sul e Antártida: ações da Argentina entre 2000 e 2020. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia - Faculdade de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

COSTA, Gabriel Iagher; MORAES, Cristina de. A disputa territorial no Atlântico Sul e na Antártida: publicações cartográficas da Argentina de 2000 a 2020. *GeoTextos*, 19(1). 2023. <https://doi.org/10.9771/geo.v0i1.53112>

COSTA, Wanderley Messias da. A geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. In: *L'Espace Politique*, 31, 2017-01.

COSTA, Wanderley Messias da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia. In: *Confins*, nº 22, 2014.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2 ed. 3ª reimp. São Paulo – SP, EdUsp, 2016.

ESCOLAR, Marcelo. Crítica do Discurso Geográfico. Tradução: Shirley Morales Gonçalves. São Paulo: Hucitec, 1996. 176p.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2002.

LAMPREIA, Rui Pedro Gomes Fernando da Silva. A extensão da Plataforma Continental como ameaça à Segurança Marítima: O Caso da Antártida. *Revista de Ciências Militares*, Portugal, p. 15- 41, 2016.

LOIS, Carla Mariana. La patria es una e indivisible. *Terra Brasilis*., Rio de Janeiro, v. 01, p. 01-32, 2012.

LOPES, D.; OLIVEIRA, F.; SOUZA, J. J.; SCHAEFER, C. Estudos geográficos sobre a Antártica: geopolítica, solos, relevo e clima. *Revista Ponto de Vista*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 2–17, 2020. DOI: 10.47328/rpv.v9i1.10237. Disponível em:

<https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/10237>

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec; AnnaBlume, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica, Razão e Emoção. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongéo-638599/